

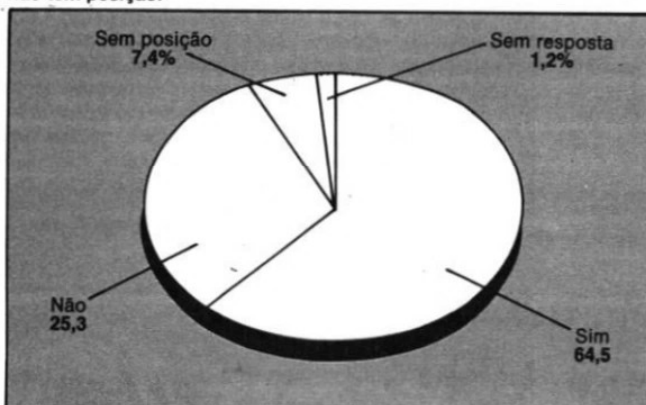


## Pesquisa do GLOBO mostra:

# Maioria esmagadora dos novos parlamentares é favorável à manutenção do monopólio estatal do petróleo

### Em defesa da Petrobrás

A maioria dos novos congressistas entrevistados defende a manutenção do monopólio do petróleo pela Petrobrás. O bloco dos que são contrários ao monopólio chega a 25 por cento, enquanto 7,4 por cento não têm posição.



**P**esquisa do GLOBO, publicada no dia 27 de janeiro último, revela que 64,5% do Congresso Nacional defendem a manutenção do monopólio do petróleo pela Petrobrás. A maioria dos parlamentares ser favorável ao monopólio, um dos itens incluídos no levantamento, praticamente obrigou este jornal — que mantém uma posição privatista e, portanto, contrária ao desenvolvimento da Petrobrás — a reconhecer a inviabilidade da privatização da Companhia. Este SIM de grande parte dos congressistas comprova a eficiência da empresa e de todos os seus funcionários na exploração do petróleo brasileiro. Por isso, os dados divulgados pelo GLOBO estimulam ainda mais a luta da AEPET e de todas as entidades da sociedade civil na defesa do monopólio estatal. Afinal, não será através da privatização da Petrobrás que o Brasil atingirá a auto-suficiência na produção de petróleo. Veja nesta edição os dados do levantamento do GLOBO, assim como as respostas que os parlamentares deram a outros assuntos de interesse para a sociedade.

## Cresce o movimento em defesa da Petrobrás

**E**m sua campanha eleitoral, o Presidente jurou defender o monopólio estatal do petróleo, o que foi ratificado no documento "Compromissos públicos de Fernando Collor com a Petrobrás". Contudo, contrariando esta promessa da época em que ainda era candidato, o Presidente tem feito várias investidas contra a Empresa, começando pela extinção através de medida provisória, portanto arbitrária, das subsidiárias Interbrás e Petromisa. Outra atitude que vem prejudicando os interesses da Petrobrás é, sem dúvida, a continuação da política de utilização dos preços dos derivados como mecanismo de controle da inflação, sem esquecer das constantes declarações do ex-Ministro da Infra-estrutura, Osires Silva, defendendo a volta dos contratos de risco. Os pronunciamentos da Ministra Zélia Cardoso de Mello, sempre contrários ao monopólio, também fazem parte da campanha que busca, de forma cada vez mais violenta, afetar de maneira bastante prejudicial o desenvolvimento da Petrobrás.

Foi em decorrência de todos estes fatos que surgiu um forte movimento de repúdio aos procedimentos adotados pelo Governo. O movimento, do qual participa a AEPET, é apoiado por diversas entidades da sociedade civil. Neste boletim, mostramos um resumo dos eventos desta campanha que está sendo conduzida em defesa da Petrobrás.



Movimento Nacional em Defesa do Sistema Petrobrás na Câmara Municipal do RJ.



BOLETIM DA

aepet

#### ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

Sede: Rua Senador Dantas, 75/1801 - Centro CEP: 20031 Tel.: 220-4774 - Telex: (21) 40167 - FAX: (021) 262-9224 - CGC: 34.131.870/0001-11 - Insc. Munic.: 428.078-00

#### DIRETORIA EXECUTIVA

Diomedes Cesario da Silva

Presidente

CENPES/DIPROM

Tels.: Trab.: 598-6242 - 598-6226

Fernando Leite Siqueira

Vice-Presidente

DEPRO/DENGE

Tels.: Trab.: 534-2550 - 534-1175

Alexandre Guilherme de O. Silva

Diretor de Patrimônio

SENGE/EMPRE-SUL

Tels.: Trab.: 566-5745 - 566-5873

Hildebrando J.C. Gonsales

Vice-Diretor de Patrimônio

PETROQUISA/PETRORIO

Tel.: Trab.: 242-8081

Heitor Manoel Pereira

Diretor de Pessoal

Av. Almirante Barroso, 6 CEP: 20031

Tels.: Trab.: 534-1944 - 262-0871

Carlos Soligo Camerini

Vice-Diretor de Pessoal

CENPES/DIPILOT/SEMEC

Tel.: Trab.: 598-6526

Ricardo Moura de A. Maranhão

Diretor de Comunicações

SEGEN/DIAGE

Tels.: Trab.: 566-3761 - 566-3760

Felipe Leite e Antunes

Vice-Diretor de Comunicações

DETRAN/DENGE/SEPRO

Tel.: Trab.: 534-4477 R. 4851

Marco Aurelio Latge

Diretor Cultural

DEPEX/SEMEPO

Tels.: Trab.: 534-2079

Marcia Amaral Estevão dos Santos

Vice-Diretor Cultural

CENPES/DIPROD/SECOP

Tels.: Trab.: 598-6734 - 598-6730

#### CONSELHO FISCAL

Argemiro Pertence Neto

Membro do Conselho Fiscal

SERMAT/DICOMP-I/SECON-I

Tels.: Trab.: 534-1711 - 534-1712

Sydney Reis Santos

Membro do Conselho Fiscal

SETINF/PESOP/SEARO

Tels.: Trab.: 534-2757 - 534-4804

Edson Luiz Megale Vale

Membro do Conselho Fiscal

DEPER/SETEN

Tel.: Trab.: 534-2875

Hildo Francisco Henz

Membro do Conselho Fiscal

DEPIN/DIREP/SECRA

Tel.: Trab.: 534-2063

Carlos Augusto D. Brandão

Membro do Conselho Fiscal

Av. Rui Barbosa, 636/1004 - CEP: 22250

Tels.: Trab.: 534-2256 - 534-2254

Tel.: Res.: 551-7967

Rosalinda Chedian Pimentel

Membro do Conselho Fiscal

SERPLAN/DIPLES/SECEN

Tels.: Trab.: 534-2135 - 534-2134

Boletim da AEPET

Jornalista Responsável: Ivana Barreto

Composição, Diagramação e Arte:

Rama Artes Gráficas, Rua Evaristo da

Veiga, 16 s/504 - 20031 - Centro-RJ -

Tel.: 262-9906

## Congressistas dizem SIM ao monopólio estatal do petróleo

**D**e acordo com os resultados do levantamento realizado pelo GLOBO com deputados e senadores eleitos para a legislatura iniciada no dia 15 de fevereiro, a grande maioria dos novos congressistas defende a manutenção do monopólio do petróleo. Nada menos do que 64,5% dos parlamentares consultados são à favor da continuidade do monopólio, apenas 25% são contra enquanto 7,4% não têm posição definida a respeito do assunto. Esta pesquisa, realizada por um jornal de posição historicamente contrária ao monopólio, prova, mais uma vez, que a disposição governamental de acabar com o monopólio na exploração do petróleo, reflexo da política liberalizante que o Presidente Fernando Collor quer imprimir ao Governo, não contará com o apoio do Congresso caso o Executivo tente mudar o que determina a Constituição.

Os números da pesquisa do GLOBO comprovam que a luta pela defesa do monopólio não é apenas da Petrobrás e sim de praticamente toda a sociedade brasileira. Por isso, se o Governo persistir nessa idéia contará somente com a adesão de parcelas minoritárias de parlamentares do PFL, PMDB e PRN. É bom lembrar que esta proposta de mexer no monopólio do petróleo foi reafirmada recentemente pelo Executivo através de declarações do ex-presidente da Petrobrás, Eduardo Teixeira, e da Ministra Zélia Cardoso de Mello.

A pesquisa promovida pelo jornal O GLOBO incluiu também outros temas de interesse da sociedade, como a opção en-

tre os sistemas parlamentarista e presidencialista de Governo, a antecipação do plebiscito sobre a mudança de sistema de Governo, a renegociação da dívida externa, a liberação das importações, a privatização das empresas públicas, a revisão do direito de greve e a fidelidade partidária. Mas não resta a menor dúvida de que o aspecto realmente importante, de certa forma até mesmo curioso, foi a constatação feita por um veículo de comunicação de orientação eminentemente privatista de que a preservação do monopólio estatal do petróleo é desejo da esmagadora maioria dos parlamentares, portanto, da sociedade brasileira. Outro aspecto que deve ser destacado é que depois da aprovação do parlamentarismo, item de maior apoio entre os entrevistados (68,4% são a favor), e da liberação das importações (65,7% a favor), a manutenção do monopólio é bastante defendida pelos congressistas. Este fato demonstra que o Congresso Nacional está atento às inúmeras manifestações de apoio e solidariedade à Petrobrás nesta luta da manutenção do monopólio, alçado a preceito constitucional, pela terceira vez, no artigo 177 da atual Constituição, por 441 votos a favor, 7 contra e 6 abstenções. Vale ressaltar que a vontade dos brasileiros contou com o apoio de parlamentares dos mais variados partidos como Jarbas Passarinho, Roberto Freire, Mário Covas, José Serra e 13 governadores, como Fernando Collor, então governador de Alagoas.

### Maioria quer manter monopólio do petróleo

BRASÍLIA — A disposição governamental de acabar com o monopólio na exploração do petróleo, que se incluiu na linha liberalizante que o Presidente Fernando Collor quer imprimir ao Governo, não terá apoio do Congresso, caso o Executivo tente mesmo mudar o que estabelece a Constituição. Nada menos do que 64% dos deputados e senadores consultados são favoráveis à manutenção do monopólio, enquanto 25% são contra. O Governo, se persistir nessa

idéia, poderá ter o apoio de parcelas minoritárias de parlamentares do PFL, PMDB e PRN.

A proposta de mexer no monopólio do petróleo foi reforçada recentemente pelo Governo através do Presidente da Petrobrás, Eduardo Teixeira, logo que assumiu o cargo. As reações foram negativas e dificilmente o Governo conseguirá apoio do novo Congresso para levar adiante uma campanha nesse sentido.

O Globo 27/01/91

## TCU elogia trabalho do SEGEN

**O** Ministro-Relator do Tribunal de Contas da União (TCU), Carlos Átila, ao apreciar o processo de licitação para construção das Plataformas Semi-Submersíveis de Produção — Petrobrás XVIII e XIX — elogiou os procedimentos adotados pelo SEGEN. Ele destacou que a farta documentação fornecida à Inspeção Regional "mostra que a Comissão encarregada do assunto era numerosa, integrada por servidores dos diversos departamentos interessados; os entendimentos, as análises internas e as múltiplas decisões adotadas ao longo de um ano de trabalho foram sempre formalizadas em

atas e expedientes, que integram os autos, e testemunham um zelo cuidadoso em procurar as melhores condições técnicas e de preço para a Petrobrás".

É bom lembrar que foi com base no trabalho elaborado pela Comissão Executiva de Contratação, instituída pelas Portarias SEGEN 031 e 036, de 29 de março de 1990 e 17 de abril do mesmo ano — encarregada de proceder o recebimento, a análise e o julgamento das propostas para construção das plataformas — que o Conselho de Administração resolveu aprovar os contratos para a construção das mesmas.

# Consumidor economizou US\$ 58 bilhões com atuação da Petrobrás

Estudo elaborado pelos companheiros do Departamento Comercial — realizado através de comparação entre os preços médios de realização da Petrobrás e os preços no mercado de Rotterdam — no período de 1980 a agosto de 1990 — mostra que foram economizados US\$ 58 bilhões com a atuação da Petrobrás. Este número, que corresponde à mais da metade da dívida externa brasileira, é uma inquestionável demonstração de competência, porque atesta que os produtos colocados no mercado pela Petrobrás são mais baratos se comparados com os que seriam trazidos do exterior. Neste momento em que se fala de produtividade e competitividade, em um país onde quase todos os produtos fabricados são mais caros do que os originários de outras partes do mundo, os dados desta pesquisa têm grande importância.

No estudo, basicamente foram realizadas comparações entre os valores pagos pela sociedade brasileira, na década de 80, para atender aos preços médios de realização da Petrobrás e os que seriam despendidos com a importação de derivados, do mercado de Rotterdam, considerando-se os custos de internalização (carga, fretes, seguros, descarga, movimentação interna etc).

Os preços médios de realização recebidos pela Petrobrás (e pagos pela sociedade brasileira) e os preços FOB em Rotterdam foram calculados a partir de um subconjunto de produtos (GLP, gasolina, nafta, diesel, QAV e óleo combustível).

O Decom, considerando os preços vigentes no mercado de Rotterdam, elaborou quatro exercícios, comparando os preços médios de realização da Petrobrás com os preços FOB-Rotterdam, diretamente, e com o FOB-Rotterdam acrescido de taxas de internalização de 10, 20, e 30%.

Os resultados mostram diferenças favoráveis ao consumidor brasileiro em todas as hipóteses conforme quadro abaixo.



No quadro I, abaixo, estão indicados os preços médios de realização da Petrobrás, os vigentes em Rotterdam e os preços que seriam pagos pelos consumidores com taxas de internalização de 10, 20 e 30%, para o período 1980/agosto 1990.

QUADRO I

Ano	Valores médios de realização praticados pela Petrobrás US\$/baril	Valores vigentes em Rotterdam US\$/baril	Valores vigentes em Rotterdam com internalização de 10% US\$/baril	Valores vigentes em Rotterdam com internalização de 20% US\$/baril	Valores vigentes em Rotterdam com internalização de 30% US\$/baril
1980	30.54	38.10	41.70	45.29	48.88
1981	41.33	39.12	42.81	46.50	50.18
1982	36.07	36.65	40.08	43.50	46.93
1983	32.82	33.35	36.48	39.60	42.73
1984	31.72	31.93	34.89	37.86	40.83
1985	25.48	31.17	34.06	36.95	39.84
1986	22.59	19.20	20.90	22.60	24.30
1987	21.54	20.67	22.54	24.41	26.28
1988	21.11	19.20	20.90	22.60	24.30
1989	18.75	20.04	21.87	23.71	25.55
1990 (*)	20.52	21.96	23.99	26.02	28.05

No quadro II constam os valores economizados pela sociedade brasileira em cada uma das quatro hipóteses consideradas no estudo do Decom (1980/agosto 1990).

QUADRO II

	Hipótese I 1000 US\$	Hipótese II 1000 US\$	Hipótese III 1000 US\$	Hipótese IV 1000 US\$
1980	2,449,728.46	3,616,265.82	4,779,562.80	5,942,859.78
1981	- 653,403.60	437,573.45	1,528,550.51	2,616,570.99
1982	183,127.97	1,266,108.87	2,345,932.39	3,428,913.29
1983	158,405.39	1,093,893.82	2,026,393.47	2,961,881.90
1984	61,504.35	928,422.86	1,798,270.14	2,668,117.43
1985	1,653,002.99	2,492,577.44	3,332,151.90	4,171,726.35
1986	- 1,120,667.51	- 558,680.85	3,305.80	565,292.46
1987	- 295,419.11	339,562.19	974,543.49	1,609,524.78
1988	- 653,970.64	- 71,902.53	510,165.58	1,092,233.69
1989	465,553.38	1,125,989.58	1,790,034.72	2,454,079.86
1990 (*)	341,142.46	822,058.56	1,302,974.66	1,783,890.77
Total (1) Saldo	7,183,490.00	24,164,905.79	41,132,829.99	58,105,732.45

(\*) Até agosto 1990

(1) Calculado como o valor futuro em 90 dos saldos anuais (Prime Rate)

HIPÓTESE	Economia para o consumidor brasileiro US\$ bilhões
1 — Alinhamento direto dos preços médios de realização da Petrobrás com os vigentes em Rotterdam (sem taxa de internalização).	7,2
2 — FOB-Rotterdam mais 10% de custos de internalização.	24,2
3 — FOB-Rotterdam mais 20% de custos de internalização.	41,1
4 — FOB-Rotterdam mais 30% de custos de internalização.	58,1

# "Luta pelo monopólio"

**A** campanha em defesa da Petrobrás, organizada pelo Movimento Nacional em Defesa do Sistema Petrobrás, teve seu ponto alto no último dia 7 de dezembro, quando aconteceu o ato público marcando seu lançamento. Na ocasião, as galerias e o plenário da Câmara Municipal do Rio, na Cinelândia, foram pequenos para abrigar as centenas de pessoas que foram apoiar a manifestação. Assim, durante mais de duas horas, falaram representantes de diversos partidos políticos e dirigentes sindicais, todos contrários à tentativa de quebra do monopólio do petróleo nacional. Mas cumpre lembrar que outros encontros e iniciativas de apoio vêm sendo realizados desde o ano passado aqui e em vários estados brasileiros, como a sessão solene na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro em comemoração aos 37 anos da Petrobrás, iniciativa do deputado Eduardo Chuahy (PDT). Entre os presentes estiveram os companheiros de luta Maria Augusta Tibiriçá, Euzébio Rocha, Barbosa Lima Sobrinho, além do Presidente da AEPET, Diomedes Cesário da Silva, do Diretor de Comunicações Ricardo Maranhão e do Deputado Mário Lima (PMDB-BA).

Abaixo outros eventos de apoio:

- 27/09/90 — o encontro foi no Salão Nobre da Universidade do Paraná, em Curitiba, com maciço comparecimento de estudantes.
- 08/11/90 — Euzébio Rocha, ex-deputado Constituinte em 46, autor do substitutivo que deu origem à Petrobrás, professor de Direito em São Paulo, participou do debate "Brasil e Geopolítica do Petróleo", realizado na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Em entrevista à imprensa, ele frisou que o governo vem conspirando contra a Petrobrás. O evento aconteceu no Anfiteatro Ney Marques e o comparecimento foi bastante representativo.
- 09/11/90 — Com dois debates, um no IAPAR e outro na Universidade Estadual de Londrina, os sindicatos dos Engenheiros e dos Bancários promoveram, em conjunto, o lançamento do Comitê Londrinense de Defesa da Petrobrás e do Petróleo Brasileiro, o primeiro criado no interior do país. Os debates foram realizados sobre três temas básicos: O Conflito no Golfo Pérsico e suas Conseqüências; o Brasil e a Geopolítica Mundial do Petróleo; e Os 37 anos do Monopólio da Petrobrás. Para debater com os participantes as duas entidades sindicais convidaram três especialistas: o advogado Euzébio Rocha, o geólogo Hênio Barreto, funcionário da Petrobrás há 23 anos e diretor do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro; e o engenheiro químico Ricardo de Abreu, gerente da Ultrafertil, subsidiária da Petrobrás Fertilizantes — Petrofertil.
- 19/11/90 — Dentro da difusão do Movimento em Defesa da Economia Nacional (MODECON), que tem como objetivo a defesa das empresas estatais estratégicas e do patrimônio público, aconteceu um grande encontro no auditório da OAB, em João Pessoa. Participando da palestra, que lotou este espaço da OAB, esteve, mais uma vez, Euzébio Rocha. Criado por um grupo de nacionalistas, o MODECON é uma entidade suprapartidária e já conta com o apoio de mais de 60 entidades, entre partidos, federações e organismos sindicais. À frente dele estão Barbosa Lima Sobrinho e Euzébio Rocha, constituintes de 1946 e conhecidos defensores da soberania nacional.



Barbosa Lima discursa na Assembléia Legislativa.

- 21/11/90 — Palestra e concurso de redação no Colégio Estadual Marechal João Batista de Matos, em Coelho Neto. Como oradores estiveram presentes Ricardo Maranhão, Diretor de Comunicações da AEPET e Maria Augusta Tibiriçá, uma das fundadoras do movimento "O petróleo é nosso" e autora do livro de mesmo nome. A palestra, que contou com a participação de cerca de cem alunos secundaristas, foi promovida pela professora Olga Amélia Teles, Presidenta da Associação dos Funcionários da Companhia Siderúrgica Nacional. Os palestrantes abordaram aspectos históricos da campanha popular que originou a lei do monopólio e sua executora, a Petrobrás, e demonstraram o que a empresa representa para a economia nacional. Após a exposição, seguiram-se animados e prolongados debates, com os estudantes revelando bastante interesse pelos temas expostos. Como conseqüência do entusiasmo provocado pela palestra foi organizado um concurso de redação com o tema "A Petrobrás e o desenvolvimento nacional", que premiou os três primeiros colocados. A AEPET aproveitou a oportunidade para agradecer ao SERCOM que possibilitou a distribuição de brindes e publicações durante o evento.

- 21, 22 e 23/11 — Congresso de estudantes no Ginásio de Esportes de Matão, em São Paulo, promovido pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas, (UBES), com a presença de mais de 3.000 participantes de todo o Brasil. No encontro aconteceu palestra em defesa da Petrobrás. Segundo o companheiro Antônio Mário Machado Guimarães (AEPET — Campinas), pôde-se notar durante o evento o grau de politização e preocupação dos estudantes com temas atuais, além do carinho dos jovens pela Petrobrás. Houve um destaque para a questão do ensino público e para o nível de educação no país.

- 13/12/90 — Sessão de lançamento do movimento paulista em defesa da economia nacional no Salão Nobre da Câmara Municipal de São Paulo. O ato reuniu cerca de 200 pessoas, entre represen-

## Monopólio do petróleo

A questão do monopólio estatal do petróleo está na crista da onda. Segundo o autor deste artigo, o monopólio é um exemplo da salutar intervenção estatal num domínio estratégico e bem-nosso desenvolvimento e bem-estar social. O que acontece, porém, é o não reconhecimento da importância do papel pioneiro e de avanço do Estado no processo de desenvolvimento econômico do País. Pág. 8.

Jornal Ombro a Ombro - Jan/91

## Volta Redonda, FEB e Petrobrás

A Petrobrás assim como a Siderúrgica de Volta Redonda, segundo o autor do artigo, são patrimônio inalienável do povo brasileiro a ser defendido com todo vigor de nosso patriotismo. Volta Redonda nos custou o envio da Força Expedicionária Brasileira para a Segunda Guerra Mundial, e a Petrobrás foi uma conquista do maior movimento popular desencadeado no País. Pág. 5.

## Será instalado o comitê para defesa da Petrobrás

Da Editoria Local

Londrina será a segunda cidade do Paraná a criar um Comitê de Defesa da Petrobrás e do petróleo brasileiro. O lançamento será hoje, com a presença do ex-deputado Euzébio Rocha, autor do substitutivo da lei que criou a Petrobrás, em 1953. Pela manhã, um debate sobre O Brasil e a geopolítica do petróleo terá a participação do geólogo e funcionário da Petrobrás há 23 anos, Hênio Trin-

idade Barreto. O encontro acontece no anfiteatro par, a partir das 9 horas.

À noite o tema em questão será Conflito no Golfo e suas conseqüências ainda. 37 anos do Monopólio da Petrobrás no Brasil. A participação do engenheiro químico e gerente da Ultrafertil, Ricardo de Abreu, no encontro será realizado no Centro de Ciências da Universidade de Londrina, a partir das 19

Folha de Londrina 09/1

# A PETROBRÁS É VOCÊ

COMPETÊNCIA COMPROVADA

AEPET

O petróleo é o sangue da terra; é a alma da indústria moderna; é a eficiência do poder militar; é a soberania; é a dominação. Tê-lo é ter o Sésamo abridor de todas as portas. Não tê-lo é ser escravo.

Monteiro Lobato

# o estatal do Petróleo"

tes de todos os partidos políticos e representações sindicais. Nomes como João Amazonas e Jamil Murad (PCdoB), Euzébio Rocha, Almino Affonso e Aírton Soares (PDT), Perceu Abramo e Eduardo Suplicy (PT) e Irede Cardoso (PV) foram apoiar o movimento. Membros do MR8, CGT, CUT, Frente Nacionalista, Centro Acadêmico XI de Agosto, CONFEA, OAB-SP e de vários núcleos da AEPET também estiveram presentes ao evento.

● 20/12/90 — Desta vez o encontro foi em Campina Grande, Paraíba, no auditório do Sindicato dos Bancários. A exemplo das outras vezes, o evento contou com a participação de centenas de pessoas e lotou o recinto.

● 15/01/91 — Palestras sobre desestatização na área petroquímica pelo companheiro e presidente da AEPET Diomedes Cesário da Silva, no auditório da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para a Subcomissão Especial para Acompanhamento do Programa Nacional de Desestatização da Câmara dos Deputados, presidida pelo Deputado Marcos Queirós. Dezenas de pessoas prestigiaram o evento, tendo o Presidente da AEPET mostrado que a privatização da Petroquisa causará graves prejuízos à Petrobrás e ao país.

● 16/01/91 — Foi a vez do Diretor de Comunicações Ricardo Maranhão realizar palestra, também no auditório da CNI, sobre a desestatização na área de fertilizantes. O mesmo êxito do evento anterior.

● 25/01/91 — Encontro no Sindipetro-Cubatão, que teve como objetivo a criação do Fórum de Debates em Defesa das Estatais. Compareceram cerca de mil pessoas e a AEPET foi representada pelo ex-deputado Euzébio Rocha.

● 20/02/91 — O Sindipetro-RJ esteve em Brasília participando do Ato Público em Defesa do Sistema Petrobrás, realizado no Centro de Convenções. Este evento contou com a participação de personalidades como Lula, Roberto Freite, Senador Nelson Wedekin (PDT) e dezenas de deputados de vários partidos políticos, como Aluísio Mercadante (PT), Bocayuva Cunha (PDT) e Haroldo Lima (PCdoB), além dos presidentes da CUT, Jair Meneghelli, e da CGT, Francisco Pegado. Muitos sindicalistas também compareceram.

Vale destacar, também, outras iniciativas que fazem parte da luta contra a quebra do monopólio do petróleo. O jornal "Ômbro a ombro", que circula em todas as unidades das Forças Armadas e entre os mais de 20 mil sócios do Clube Militar, na edição de janeiro último, publicou duas matérias sobre estes temas: "Monopólio do Petróleo" e "Volta Redonda, FEB e Petrobrás". Assinado por Ilmar Penna Marinho Júnior, autor do livro "Petróleo, política e poder", o primeiro artigo lembra que "o monopólio estatal do petróleo, como conquista da vontade nacional, continua a ser o grande tema e exemplo da salutar intervenção estatal num domínio estratégico, essencial ao nosso desenvolvimento e bem-estar social. O autor lembra que a criação da Petrobrás representou o desejo do sentimento nacional de dotar o Brasil de uma política nacional de petróleo soberana e permanente. Como ressalta, hoje a capacitação tecnológica da Petrobrás em águas superprofundas, com equipamentos nacionais, "é responsável pela nossa produção crescente

em busca da autosuficiência". Na parte final da matéria, destaca que é necessário um redimensionamento da política nacional de petróleo. Acrescenta que a vulnerabilidade de nosso abastecimento, bastante observada durante a crise no Oriente Médio, só pode ser superada com o efetivo fortalecimento do monopólio estatal do petróleo.

O segundo artigo, de autoria do ex-combatente da FEB João Evangelista Mendes da Rocha, destaca que "os pracinhas deram suas vidas acreditando nas palavras proféticas de Getúlio, ainda em 1939, de que ferro, carvão e petróleo são os estêis da emancipação econômica de qualquer país". Neste sentido, esclarece que, assim como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás é um patrimônio do povo e, certamente, continuará desenvolvendo suas próprias tecnologias de ponta, descobrindo e explorando mais campos petrolíferos para alcançar a auto-suficiência. No trecho final adverte que "preservar a Petrobrás e todo seu sistema nas mãos do Estado, em nome da Nação, é uma questão de vida ou de morte para o futuro deste país".

O mesmo jornal, nas edições de fevereiro e março publicou os artigos "O monopólio necessário", do Diretor Ricardo Maranhão e "Petróleo: o monopólio do Brasil", do Presidente Diomedes Cesário da Silva.

Outras publicações e atos de apoio ao movimento em defesa da Petrobrás e do monopólio estatal:

● Veiculação semanal no jornal "O Debate", de Macaé, do anúncio com o slogan: "A Petrobrás é você — competência comprovada", que também traz a seguinte citação de Monteiro Lobato: "O petróleo é o sangue da terra; é a alma da indústria moderna; é a eficiência do poder militar; é a soberania; é a dominação. Tê-lo é ter o Sésamo abridor de todas as portas. Não tê-lo é ser escravo".

● Ação popular, em fase de preparação, contra a privatização da Petroquisa. É mais uma iniciativa articulada de várias entidades da sociedade civil, em defesa do patrimônio público.

● A AEPET está estudando uma possível colaboração na reedição do livro "A batalha do petróleo brasileiro", do jornalista Mário Victor.

● A segunda edição de "Japão, o capital se faz em casa", de Barbosa Lima Sobrinho já está nas livrarias. Com mais um capítulo, abordando os êxitos do Japão de 1974 até o dia de hoje, o livro é uma publicação da Editora Paz e Terra. Segundo o autor, o Japão é um exemplo do que um país pode conseguir com recursos próprios, pois afastou o auxílio do capital estrangeiro. Neste contexto, os empréstimos foram poucos, ao contrário do Brasil que contraiu empréstimos para pagar antigas dívidas. Como lembra Barbosa Lima Sobrinho, a Petrobrás é uma demonstração do que pode ser desenvolvido dentro do próprio país, sem precisar de qualquer tipo de ajuda vinda de fora. A AEPET está estudando a organização de um grande evento para o lançamento do livro, com palestra e autógrafos do autor.

● Será lançado ainda no primeiro semestre deste ano o livro "Petrobrás — Esse patrimônio é nosso", de Euzébio Rocha, com apoio da AEPET e do sindicato dos jornalistas de São Paulo.

## Euzébio Rocha fará palestra em J. Pessoa na quarta-feira

O ex-deputado federal, Euzébio Rocha, constituinte de 1946, estará em João Pessoa na próxima quarta-feira, dia 19, quando participará de uma palestra no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, às 20 horas. Na quinta-feira, ele estará em Campina Grande, no plenário da Câmara Municipal, também às 20 horas, debatendo com os participantes a questão do monopólio estatal do petróleo, além de outros temas referentes à economia do país. Ele deverá chegar hoje ao Estado.

Euzébio foi destaque, quando então parlamentar, em dois grandes movimentos de relevância na vida brasileira. O monopólio estatal do petróleo e a legislação atômica do Brasil. Em 1948 propôs a criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear, com o objetivo de impedir o contrabando das áreas monazíticas existentes no li-

toral brasileiro e proibir sua exportação. No projeto apresentado na Câmara solicitava ainda a regulamentação do comércio de terras raras e minérios radioativos. No caso das áreas monazíticas, lutou ativamente contra os movimentos que tentaram, através de lobbies que impediram a regulamentação do produto.

A articulação aqui do Movimento em Defesa da Economia Nacional se torna de fundamental importância, para a exemplo de outros estados, defender nossas empresas estatais e o patrimônio público, fase a política entreguista que vem sendo implementada pelo Governo Federal.

Esse Movimento conta hoje com o apoio de aproximadamente 60 entidades do Estado de São Paulo, tendo entre elas a CUT, CGT, Sindicatos Urbano e Rurais, Partidos Políticos Progressistas entre outras...

## Entidades criam Comitê de Defesa da Petrobrás

Com dois debates hoje - um às 9 horas, no Iapar, e outro às 19 horas, na Universidade, os sindicatos do Engenheiro e dos Bancários, em conjunto, promovem o lançamento do Comitê Londrinense de Defesa da Petrobrás e do Petróleo Brasileiro, o primeiro a ser criado no interior do país. Os debates serão realizados acerca de três temas básicos: O Conflito no Golfo Pérsico e suas Consequências; O Brasil e a Geopolítica Mundial do Petróleo; e Os 37 Anos do Monopólio da Petrobrás.

Para proferir palestras e debater com os participantes, as duas entidades sindicais convidaram três especialistas: o advogado Euzébio Rocha, ex-deputado federal, é autor

do substitutivo que deu origem à Lei que criou a Petrobrás, em 1953; o geólogo Hényo Barreto, funcionário da Petrobrás há 23 anos e diretor do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro; e o engenheiro químico Ricardo de Abreu, que é gerente da Ultrafertil Fertilizantes, uma subsidiária da Petrobrás.

O debate com os três, na parte da manhã, será realizado no anfiteatro do Iapar, e o da noite acontecerá no anfiteatro do Departamento de Morfologia da UEL. Ambos estarão abertos à participação da comunidade. As 15 horas, os três palestrantes estarão à disposição da imprensa, na sede do Sindicato dos Bancários de Londrina.

Jornal de Londrina 09/11/90

# Liberalismo fracassa no mundo

Expressões como "O liberalismo aumenta a produtividade e beneficia o consumidor" e "A solução é a privatização" já não impressionam mais as populações de países de várias partes do mundo. Afinal, o crescimento dos índices de inflação e desemprego, mesmo nos países desenvolvidos, está aí para provar que nem sempre a privatização aumenta a eficiência da economia. Livre iniciativa e concorrência, assim como a interferência cada vez menor do Estado na economia, não podem ser os únicos parâmetros para o desenvolvimento, seja ele em que parte for. Neste sentido, a posição da AEPET é de equilíbrio, ou seja, acreditar na iniciativa privada, quando séria, sem ser mantida por incentivos e favores do Estado, e este, por sua vez, tendo o seu espaço e contribuindo para o progresso político, social e econômico. A AEPET assume esta postura baseada nos inúmeros exemplos dados até mesmo pelas nações do primeiro mundo de que o liberalismo está fracassando.

Nos últimos anos, o caso específico da Inglaterra vem alarmando o mundo. Como comprovam matérias de diversos jornais, a locomotiva do liberalismo Thatcher foi um insucesso. Não é para menos, pois conforme destacou o Jornal do Brasil, na edição de abril do ano passado, "Thatcher foi a governante mais impopular em 52 anos". A matéria lembra, também, que os trabalhistas nunca estiveram, nos últimos 50 anos, tão à frente dos conservadores. Todas estas conclusões têm como base números realmente alarmantes: em agosto de 1990, a taxa de inflação anual inglesa alcançou 10,6%, atingindo, pela primeira vez desde fevereiro de 82, a casa dos dois dígitos — Tribuna da Imprensa, 15/09/90 —.

Em matéria também do Jornal do Brasil, "Sonho conservador de Thatcher é agora um pesadelo", de 29/04/90, segundo o economista Meghnad Desai, da London School of Economics, o aumento violento das taxas de juros, as mais altas dos países desenvolvidos, e o déficit comercial britânico (cerca de US\$ 4 bilhões em março de 90) são os resultados inevitáveis de abandonar o setor público à sua própria sorte. Ele acrescenta que "Embora não se deva ser ingênuo em relação ao Estado, porque às vezes há desperdícios, cada vez mais o mundo se dá conta de que uma moderna economia capitalista não pode sobreviver sem um Estado ativo". Ele ressalta que é uma falácia dizer que tudo pode ser privatizado, que o Estado pode ser eliminado. Conclui salientando que os ingleses privatizaram a Telecom, o que não foi cogitado ser feito pelos alemães e japoneses, já que têm consciência de que em certos setores estratégicos é saudável a presença do Estado.

Em outro artigo, "os novos mendigos ingleses", de 20/06/90, o JB publicou que um grande número de jovens, na época estima-

dos em 3.000 em Londres e 2.000 na periferia, mendigam pelas ruas e dormem debaixo de pontes, principalmente em áreas de grande incidência de turistas, como Waterloo, Strand e Victoria. Para tentar resolver este problema, explica a matéria, foi elaborado um plano governamental pelo Ministério da Habitação. Mesmo com a preocupação das autoridades, mais uma prova irrefutável do fracasso do liberalismo inglês.

Dados mais recentes, divulgados pelo GLOBO, na edição do dia 12 de fevereiro último, indicam que os manufaturados aumentam 1,2% na Inglaterra e agravam a inflação. A matéria lembra que a inflação ainda está fora do controle das autoridades econômicas e que, portanto, continuará a dura política antiinflacionária, que acarretou, por exemplo, a falência de mais de 4.300 empresas nos últimos três meses e o desemprego de quase 2 milhões de pessoas.

Todos estes dados vêm comprovar que a economia britânica encontra-se em recessão. Segundo dados do informativo Comércio Exterior (Comex), em novembro/90 as vendas no varejo caíram 0,5%, seguindo o declínio de 1,1% ocorrido em outubro. Por sua vez, o produto industrial caiu cerca de 22%, em volume, no ano passado. O número de falências, em 1990, alcançou o nível mais elevado em dez anos, crescendo 34,6% em relação a 1989. Também o setor da construção civil deverá permanecer em dificuldades até 1992. No ano passado, estima-se que o setor tenha apresentado queda de 3,5%, com igual previsão para este ano. O desemprego estimado para toda a economia foi de 1,7 milhão de pessoas em 90, devendo crescer, este ano, para 1,9 milhão e 2,1 milhões em 92.

## FALÊNCIAS NA INGLATERRA E PAÍS DE GALES

ANO	NÚMERO
1980	10.651
1981	13.203
1982	16.567
1983	19.287
1984	21.682
1985	20.943
1986	20.680
1987	17.405
1988	16.652
1989	18.163
1990	24.442

Fonte: Dun & Bradstreet.

Acreditar que o Estado é importante para o desenvolvimento econômico não é nada difícil. Basta ficar atento aos exemplos dos países desenvolvidos. Também nos Estados Unidos o liberalismo fracassa. A economia norte-americana situou-se abaixo de 1% no ano passado, comparativamente à 1989, apresentando recessão no segundo semestre.

Houve, também, aumento das taxas de inflação e de desemprego e forte desvalorização do dólar frente às demais moedas, além do agravamento do déficit público. Segundo a publicação Comex, na edição de janeiro último, o Índice de Expectativa de Consumo, que em novembro já havia apresentado forte declínio, atingindo 61,7, caiu para 61,3 em dezembro/90. Esta alteração de comportamento está diretamente ligada aos números do desemprego que, em novembro, alcançaram 5,9%. Neste mesmo mês, o desemprego entre homens casados subiu de 3,5% para 3,8%, enquanto que, entre as mulheres também casadas, variou de 3,9% para 4,1%. De acordo com dados preliminares, o total de emprego no setor industrial caiu de 19,55 milhões em janeiro de 89 para 18,72 milhões em novembro do ano passado, queda de 4,2%. No mês de dezembro, a produção industrial declinou 1,7%, a maior queda desde janeiro de 82, quando o país se encontrava em forte recessão.

Outros dados que comprovam o fracasso do liberalismo e seus reflexos na economia norte-americana: os bens de consumo e materiais de construção registraram queda de 2%, enquanto os bens duráveis caíram 2,5%. O nível de produtividade do setor não-agrícola foi outro dado negativo, ou seja, a variação do produto por homem-hora, após atingir 2,5% em 88 e -0,8% em 89, foi estimada em 90 como ainda no vermelho. Vale destacar, também, que no período janeiro/novembro/90, cerca de 55 mil empresas declararam falência no país, acumulando débitos da ordem de US\$ 64,1 bilhões, valor correspondente a cerca de 1,5% do PIB real. Outro aspecto importante é que, ao contrário de outras recessões norte-americanas, o carro-chefe dos atuais problemas econômicos é o setor financeiro, bastante atingido pela inadimplência.

Para reforçar a idéia de que privatizar indiscriminadamente não é a solução para as questões econômicas do Brasil, assim como para os demais países, as pesquisas de opinião revelam que a maioria da população aprova a gestão das grandes empresas públicas. Matéria publicada em outubro de 89, revelou que pesquisa realizada pelo Datafolha, no Rio e em São Paulo, aponta que a maioria confia nas estatais. A Petrobrás, juntamente com o Banco do Brasil, apareceu como a mais cotada junto à opinião pública. Outro levantamento do Datafolha e do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) sobre a cultura política dos brasileiros apontou que existe, no país, um sentimento estatizante. Portanto, a luta da AEPET e da maioria das entidades da sociedade civil em defesa da Petrobrás e do monopólio estatal do petróleo não é infundada. Pelo contrário, encontra respaldo em dados e números do Brasil e de outros países.



# Demitir é a solução?

José Affonso F. Barbosa (\*)

Nos dias turbulentos de hoje, quando as alternativas para a crise se concentram nas velhas soluções de corte de pessoal, de corte nas despesas com recursos humanos (treinamento e desenvolvimento) e nos demais cortes autocráticos, vindos dos níveis superiores da organização, torna-se da maior importância a união dos humanistas para a atividade de esclarecimento e, por que não, da catequese de empresários e administradores públicos para os erros grosseiros nos quais estão reincidindo.

A produtividade, os custos e o lucro são diretamente proporcionais, em nossos dias, mais do que nunca, à motivação no trabalho.

Se empresários e administradores públicos conhecessem e acreditassem nas teorias sobre a motivação no trabalho certamente abandonaríamos as ditas soluções ortodoxas e adotariam soluções modernas nas quais o ser humano é sempre elevado à condição de principal gerador dos benefícios que a organização pode conquistar. Provavelmente não tratariam seus empregados/funcionários como recursos. Recursos deveriam ser considerados os tecnológicos, os físicos e os financeiros mas, nunca os humanos. Não somos insumos do processo produtivo, somos sua razão de ser. Como, então, optar pela dispensa indiscriminada de pessoas, se, antes, não considerarmos a venda de máquinas, equipamentos, estoques e imóveis obsoletos, supérfluos ou desnecessários?

A conscientização de empresários e administradores públicos para os benefícios da abordagem humana nas soluções organizacionais é a missão, urgente, dos que, de alguma forma, trabalham nesta área.

Muitos profissionais da área humana, alguns atuando no setor de segurança, outros na área de qualidade, e ainda outros na atividade de custos, têm escrito nos jornais e revistas especializadas sobre a necessidade de serem consideradas estas especialidades como básicas para as empresas criarem condições para a motivação de seus empregados. Outros têm realizado palestras, seminários, cursos e demais meios para a conscientização de que a motivação das pessoas que trabalham na organização é básica para a sua eficiência e eficácia.

O que deve ser enfatizado, neste momento, é que, de acordo com estudos do prof. A. Maslow a motivação só é detonada nas pessoas após serem supridas suas necessidades fisiológicas.

Para melhor entendimento, uma leitura da pirâmide de Maslow torna-se necessária.

Existe uma escala hierárquica de necessidades a serem supridas, ou seja, dificilmente um estágio é alcançado sem que as necessidades do estágio anterior tenham sido atendidas.

Normalmente, as sociedades subdesenvolvidas e as sociedades "em desenvolvimento" não conseguem atender sequer aos níveis fisiológicos, de grande parte da população e, neste caso, esta apresentará pessoas

desmotivadas. As organizações públicas e privadas, nestes países, pelo menos as de maior produtividade, suprimiram as necessidades de seu pessoal quanto aos fatores fisiológicos, nas épocas do "boom" na economia; menos, talvez, na crença de que estes investimentos, na área humana, fossem de alto retorno, mas provavelmente, porque havia verba disponível para estes "modismos de retorno demorado e duvidoso".

O não atendimento dos fatores fisiológicos traz insatisfação no trabalho. A insatisfação está ligada, portanto, ao não atendimento de fatores básicos, ligados às necessidades primitivas do homem, tais como, alimentação, água, abrigo, segurança, sexo, sono, entre outras.

Com o atendimento dos fatores fisiológicos, as necessidades primitivas, ou primárias, são supridas e os patamares seguintes referem-se ao atendimento de necessidades mais evoluídas, mais características do ser humano, e, portanto, não encontradas em outras espécies. São os patamares de necessidades que, se atendidas, resultarão em motivação. Por se tratar de estágio mais evoluído é, por isso, de mais difícil abordagem.

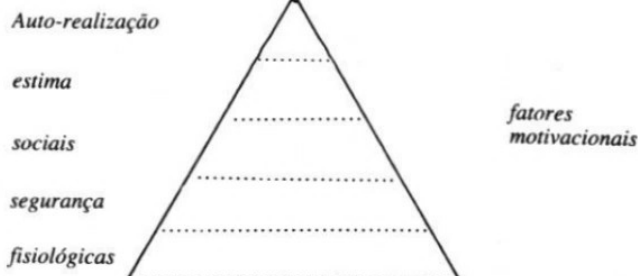
Vemos claramente dois subníveis no patamar dos fatores motivacionais: o subnível referente ao atendimento dos fatores sociais, das relações interpessoais, e o subnível dos fatores da auto-realização. Maslow não detalhou especificamente esta sub-divisão em sua teoria, no entanto, mostrou em seus gráficos, em pirâmides e escalas, que o crescimento individual é, sem dúvida, o estágio evolutivo superior. Poder-se-ia deduzir, pelos ditos gráficos que, sem bom relacionamento com o próximo, sem o seu "espelho" e sem o seu reconhecimento, o homem não teria motivação para evoluir rumo à auto-realização no trabalho.

Não é difícil neste ponto ser entendido que a produtividade e o lucro das empresas públicas e privadas estão a perigo, não só daquelas que demitiram como daquelas que irão demitir pessoal. A insegurança que atualmente existe nestas empresas trouxe insatisfação. Neste nível a produtividade fica muito abaixo da pouca produtividade resultante da falta de motivação.

Aliada à falta de segurança vem o sentimento de perda, perda de pessoas estimadas, que traz um adicional abatimento na realização das tarefas.

Ao pragmatismo na defesa da não demissão, e sim no desenvolvimento do pessoal das empresas, deve ser igualmente somado o pragmatismo na demissão dos corruptos, dos reincidentemente faltosos, dos que pregam a desunião, a mágoa, enfim, dos que não têm condições moral e ética de pertencer ao quadro de qualquer organismo que trabalhe para o bem da sociedade.

(\*) José Affonso F. Barbosa é presidente da EMBRASCOM — ENGENHARIA DE ECONOMICIDADE LTDA.



## Liquidação da Petromisa e Interbrás causa prejuízos

Segundo parecer dos auditores independentes, encaminhado ao Conselho de Administração da Petrobrás, a liquidação da Petrobrás Mineração S.A. — Petromisa — e da Petrobrás Comércio Internacional — Interbrás — causou e está causando sérios prejuízos à companhia. Conforme esclarece o documento, "em 31 de dezembro de 1990 foram reconhecidas perdas correspondentes ao valor contábil dos investimentos, com base no então estágio dos respectivos processos de liquidação." O item 6 do parecer destaca que "o Decreto nº 3, de 11 de janeiro de 1991, determinou que o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento negociará o refinanciamento e o reescalonamento das obrigações de caráter financeiro, vencidas e vincendas, das entidades liquidadas, estabelecendo os termos e condições sob os quais a União assumirá aquelas obrigações."

É bom lembrar a forma autoritária, através de medida provisória, que determinou a liquidação das empresas, o que sempre foi motivo de questionamentos e contestações por parte da AEPET. Agora, com a publicação dos demonstrativos financeiros da Petrobrás, fica mais do que comprovada a tese dos prejuízos, conforme consta do parecer dos auditores independentes.

## Deputado discursa em defesa da Petrobrás

Em pronunciamento feito na Câmara dos Deputados, por ocasião da greve dos petroleiros, o Deputado Sigmaringa Seixas (PSDB/DF) destacou que "a direção da Petrobrás, num gesto inusitado de autoritarismo e aversão ao diálogo, recebeu a delegação de representantes dos petroleiros, em encontro que não durou mais de dois minutos, para comunicar-lhes, simplesmente, suas exigências, sem sequer se dispor a ouvir as razões ou ainda buscar construir uma alternativa democrática para o encaminhamento da crise." Lembrou, também, que os estoques de gás, óleo diesel e gasolina disponíveis estavam em ponto crítico, prejudicando o interesse da população, quando a Petrobrás tem justamente a missão de assegurar o abastecimento de derivados de petróleo para o país.

Segundo o Deputado, o que os grevistas reivindicaram era a correção dos seus salários na medida do Índice de Preços ao Consumidor. Sigmaringa Seixas ressaltou, ainda, que "o desenrolar dos acontecimentos servirá de pretexto e estímulo para os que querem sucatear a Petrobrás." Concluiu que admitir a presença e preponderância de segmentos privados em um setor de atividade econômica é ampliar os condicionantes empresariais de obtenção de lucros. O Deputado defendeu em seu pronunciamento o monopólio estatal do petróleo, luta da AEPET e de centenas de entidades da sociedade civil.

# Auditoria Operacional do TCU comprova: Petrobrás subsidiou o Proálcool em mais de US\$ 600 milhões

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), acolhendo proposta do Ministro Fernando Gonçalves, aprovou a realização de uma auditoria operacional no Programa Nacional do Álcool — Proálcool, instituído, em novembro de 1975, pelo Decreto 76593. A auditoria foi realizada por uma equipe mista, formada por técnicos da 1ª Inspeção Geral de Controle Externo e da SAUDI. O trabalho dos auditores do TCU estendeu-se de junho a outubro do ano passado, envolvendo 24 órgãos públicos e privados, localizados em São Paulo, Brasília e no Rio de Janeiro e cobrindo um período de 15 anos (1975 - 1990).

Em seu voto, proferido no dia 5 de dezembro último, o Ministro Fernando Gonçalves afirma que "o volume de subsídios repassados para o Proálcool até maio de 90 totalizou 1 bilhão e trinta e um milhões de dólares, sendo US\$ 606 milhões da Petrobrás e US\$ 425 milhões de aporte feito pelo Tesouro Nacional em 1985 e 1986". E, mais adiante: "desde 1985 não tem havido repasse de recursos públicos ao Proálcool, sendo as diferenças entre custos e preços absorvidas pela Petrobrás ou pelos demais combustíveis".

Ao comentar no seu extenso voto as conclusões da equipe de auditoria, o Ministro afirma: "conclui a equipe, em referência à Conta-Álcool, que não se pode deixar de admitir que o presente déficit dessa conta tem sido custeado pela Petrobrás, pois esta em-



presa não vem sendo ressarcida pelo Governo, na forma da legislação vigente, que regula o abastecimento nacional de álcool carburante e que muitas vezes este déficit é agravado em decorrência do mau gerenciamento dos preços do álcool, como por exemplo, os aumentos concedidos a fatores de custo (usineiros) sem repasses simultâneos aos preços do consumidor".

As conclusões da detalhada auditoria realizada pelo TCU confirmam as denúncias da AEPET de que o Proálcool tem causado pesados prejuízos à Petrobrás, ônus que deveria ser suportado pelo Tesouro Nacional ou pelos consumidores deste combustível, utilizado, quase que exclusivamente, no transporte individual, justamente pelos usuários de maior renda.

## Juarez Bahia defende em livro o monopólio do petróleo

Contrário à privatização de qualquer estatal com as características da Petrobrás, Juarez Bahia, jornalista, professor e ativista sindical, defende em seu último livro, "Ensina-me a ler, conspirando contra o amor", a campanha "O petróleo é nosso", recentemente reeditada. Em entrevista para o Boletim da AEPET, ele ressalta que não é a favor da aceitação da competência somente pelo fato de uma empresa ser estatal mas lembra que vários aspectos precisam ser considerados:

— Antes que se fale em privatizar é fundamental ponderar diversos pontos, como o real valor patrimonial, a produção econômica e o valor social de uma determinada empresa. Além do mais, no que diz respeito à Petrobrás a sociedade já teve a oportunidade de debater a questão, durante anos, optando pelo monopólio.

O jornalista destaca, também, que trata-se de uma grande imprudência do Governo transferir uma estatal a um preço aviltante para o capitalista privado, sem sequer dar uma chance de gestão aos empregados. Para ele, privatizar a Petrobrás

representa uma ameaça de despojar a sociedade de seu patrimônio.

Juarez Bahia inclui em seu livro algumas histórias inesquecíveis da campanha que culminou com a criação da Petrobrás, passadas no Porto de Santos. Lembra que a explosão nacionalista do "petróleo é nosso", um desdobramento da revolução de 30, da industrialização e da modernidade com base na emancipação econômica, constituiu-se no momento mais importante da luta dos brasileiros pela sua independência.

Ele faz questão de recordar a história do estivador assassinado durante a campanha:

— Deoclécio Santana foi executado em praça pública durante um comício da campanha "O petróleo é nosso". Foi jus-



tamente na época em que os portuários se negaram a embarcar e desembarcar mercadorias dos navios portugueses e espanhóis, cujos países estavam regidos por regimes fascistas. Neste período eu era adolescente, trabalhava e participava ativamente da campanha. Afinal, estava em Santos, um dos pólos mais importantes do sindicalismo mundial.

Juarez afirma que a reedição da campanha, conduzida pela AEPET e por inúmeras entidades da sociedade civil, está acontecendo no momento certo, já que existe uma forte tendência de privatizar a estatal e lesar seu patrimônio. Para ele, a sociedade, neste momento, deve lutar para preservar a empresa e acrescenta que ninguém pode dissociar a Petrobrás da nossa condição de décima potência industrial do ocidente.

Por fim, Juarez Bahia denuncia a intenção do Governo de ignorar a Constituição e o Congresso, salientando que a população considera a Petrobrás como um símbolo da luta popular, uma conquista que demonstra a capacidade brasileira para alcançar a emancipação econômica e a soberania política.